

CARTA ABERTA EM DEFESA DA ATUAÇÃO DOS GUARDIÕES E GUARDIÃS TERRITORIAIS

Excelentíssimos

**Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva,
Ministros, Ministras, Deputados e Senadores,
Presidentes e Diretores de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais**

Às

Lideranças indígenas e participantes do Acampamento Terra Livre - ATL 2026

Nós, guardiões e guardiãs territoriais dos povos indígenas Amondawa, Aparai, Arara de Cachoeira Seca, Gavião, Gavião Pykopjê, Hexkaryana, Hixkaryana, Huni Kuin, Jaminawa, Juma, Jupau, Kahyana, Kanamari, Karipuna, Kassupá, Katxuyana, Kokama, Korubo, Kulina, Macuxi, Madiha Kulina, Manchineri, Marubo, Matis, Mayoruna, Munduruku, Nawa, Nukini, Parakanã, Tenetehar-Guajajara, Tiriyo, Tshoyom Dyapa, Tunayana, Tupari, Txikyana, Wai Wai, Wapichana, Wayana, Xipaya, Xowyana, Yanomami, Yekuana. Reunidos entre os dias 6 e 11 de abril de 2026, vimos, por meio desta, exigir que o governo brasileiro reconheça e respeite todas nossas formas de auto-organização e garanta nossa atuação na defesa de nossos territórios, da vida e dos povos que neles habitam.

É de conhecimento público que nossos territórios continuam sendo alvo de ataques e pressões de fazendeiros, madeireiros, pescadores, caçadores, mineradoras, marreteiros, garimpeiros, grileiros e de um sem-fim de atividades ilegais muitas vezes associadas, consorciadas em redes criminosas que vulnerabilizam as relações e os modos de vida dos mais de 300 povos originários de nosso país. Esse cenário alarmante de violações aos direitos humanos e aos territórios se agrava a cada ano, ferindo nossos direitos fundamentais.

A proteção territorial é uma prática histórica, ancestral e legítima dos nossos povos. Cada grupo adota especificidades segundo seus modos de vida e cultura. A prática busca enfrentar, controlar e defender o território dos diferentes tipos de ameaças e conflitos presentes nos territórios que vêm se aprofundando cada vez mais diante da omissão do Estado brasileiro. Os territórios indígenas representam hoje as fronteiras contra o avanço de um desenvolvimento que mata e destrói e assim fomos chamados pelos nossos ancestrais a nos defender.

Nossas comunidades passaram a se organizar para garantir a proteção dos territórios, estruturando formas de atuação hoje conhecidas como grupos de proteção e monitoramento territorial, equipes de vigilância, agentes ambientais, guardiões da floresta, entre outras denominações. Estas iniciativas desempenham um papel

fundamental na autonomia e na preservação da vida e da cultura que se encontram em nossos corpos-territórios.

Essa atuação irrestrita na defesa da vida e da floresta tem custado a vida de muitos guerreiros e guerreiras indígenas como do Paulo Paulino Guajajara, Ari Uru Eu Wau Wan e outras lideranças, e indigenistas comprometidos com a causa indígena como Bruno Pereira, Maxcel dos Santos, Dom Phillips. Essa atuação, em muitas ocasiões, em vez de ser reconhecida e protegida pelo Estado, acaba sendo criminalizada, perseguida, o que nos coloca em uma situação ainda mais vulnerável e injusta diante dos agressores aos nossos direitos.

Somos nós que mantemos a floresta em pé e garantimos a sobrevivência do planeta, que estamos sofrendo com os impactos das mudanças climáticas provocados por grupos gananciosos.

Através de nosso esforço e dedicação, ficou evidente que a presença indígena organizada no território tem capacidade de produzir informações qualificadas, identificar dinâmicas de invasão, coibir, reduzir pressões sobre áreas sensíveis e contribuir de forma concreta para a proteção ambiental e dos povos indígenas, especialmente aqueles em situação de isolamento. As informações geradas em campo não apenas confirmam aquilo que as comunidades já vinham relatando, como também têm servido de base para subsidiar operações das forças de segurança pública contra o garimpo ilegal, tráfico de drogas, incêndios criminosos e outras formas de invasão, além de dar maior visibilidade à realidade vivida na região.

Destacamos ainda que nossas ações preventivas, educativas dentro e fora dos territórios, também são importantes pois se antecipam a potenciais ilícitos, porém enfatizamos a necessária presença articulada e dialogada com as forças do Estado.

Nossa atuação é tão importante e reconhecida dentro dos nossos territórios que não se limita à questão territorial, em alguns casos avança nas pautas da saúde, educação, proteção às nossas crianças e adolescentes. E novamente, sentimos a ausência do Estado.

Alertamos ao Estado brasileiro quanto ao dever de proteger nossos parentes que vivem nos territórios de forma livre e autônoma sem querer estabelecer contato, e assim eles devem permanecer e nossa atuação é no sentido de proteger e garantir esse direito.

Entretanto, esse trabalho realizado por nós guardiões e guardiãs não encontram reconhecimento formal por parte do Estado. Trata-se de uma atuação contínua, que exige conhecimento técnico e ancestral, responsabilidade, exposição a riscos e compromisso com o território, mas que segue sendo desenvolvida sem o respaldo necessário para sua consolidação.

Em base a Constituição Federal, nos artigos 231 e 232, reconhecem nosso direito às nossas formas próprias de organização segundo nossos usos e costumes. Delega ainda ao Estado o dever de proteger nossos territórios. A Convenção 169 da OIT reforça que os Estados devem respeitar nossos costumes e instituições próprias, bem

como nossos métodos de controle de delitos. Esse arcabouço jurídico sustenta o que já praticamos e têm rompido com décadas de tutela e avançado na construção de nossa autonomia política, social e territorial.

Eis que, exigimos que a atividade de proteção territorial indígena seja reconhecida e respeitada como um instrumento legítimo de autogovernança dos povos indígenas sem a criminalização de nossas práticas ancestrais.

Ressaltamos que a ausência desse reconhecimento cria uma lacuna jurídica perigosa para nossas comunidades. De um lado, há uma experiência concreta, construída a partir do conhecimento indígena e aperfeiçoada com o uso de ferramentas técnicas e tecnológicas. De outro, há um Estado que ainda não possui condições suficientes para garantir a proteção territorial e a segurança nos territórios em seus diversos contextos. Superar essa distância é fundamental para avançar na proteção dos territórios indígenas no país.

Reconhecer a atuação dos diversos grupos que realizam proteção territorial no Brasil, significa dar um passo importante no fortalecimento da autonomia dos povos indígenas e na construção de soluções mais eficazes para a proteção territorial. Significa também estabelecer uma relação mais equilibrada, e menos preconceituosa, entre o Estado e as comunidades.

Nosso trabalho evidencia que é possível construir caminhos baseados no protagonismo indígena, no diálogo institucional e na integração entre diferentes formas de conhecimento. O que se apresenta agora é a necessidade de consolidar esses caminhos, garantindo condições para sua continuidade, ampliação e replicação em outros territórios.

Nessa perspectiva, estamos disponíveis para subsidiar o Governo Brasileiro e suas estruturas funcionais com conteúdos e propostas que poderão constituir políticas concretas que viabilizem o reconhecimento dessa atividade conduzida por nós indígenas na proteção de nossos territórios.

Aguardamos retorno para que possamos avançar dando continuidade a essa proposta que é estratégica para a proteção territorial e ambiental das Terras Indígenas e das vidas que nela vivem.

Como diz o lema da 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) 2026: “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”.

Seguimos vigilantes!

Brasília - DF, 10 de abril 2026

Atenciosamente,

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB -
secretaria@coiab.org.br; coordenacao@coiab.org.br; isolados@coiab.org.br

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA - univajavj@univaja.org;
procuradoria@univaja.org

Equipe de Vigilância da UNIVAJA - EVU - evunivaja@univaja.org

Associação Indígena Ka'aiwar - Guardiões da Floresta da TI Araribóia - associacao.kaaiwar@gmail.com

Grupo Kaurare Piekawa do Povo Amondawa

Associação do Povo Indígena Amondawa - APIA associacaoapia.ms@gmail.com

Conselho Indígena de Roraima - CIR - cir_2012@yahoo.com.br; www.cir.org.br

Associação Indígena Pankarari - AIPAN - aipan.contato@gmail.com

Guardiões da Floresta da Terra Indígena Caru - associacaowirazu@gmail.com

Guerreiras da Floresta da Terra Indígena Caru - guerreirasdafloresta7@gmail.com

Associação Ugoro'gmmo - Arara de Cachoeira Seca

Associação Tato'á - AIT - coordenacao@tatoaparakana.com

Guardiões da Floresta da Terra Indígena Rio Pindaré

Associação Indígena Nukini - AIN

Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ

Movimento Social do Patriarcado Cacicado Geral do Povo do Brasil - MPKK - presidenciampkk@gmail.com

Organização Geral dos Cacique das Comunidades Indígenas do Povo Kokama

Federação Indígena do Povo Kukami - Kukamiria do Brasil, Peru e Colômbia - federacaokokama@gmail.com

Organização dos Jovens Indígenas Kokama - OJIK

Articulação das Mulheres Indígenas Kokama do Amazonas - AMIKAM - artic.mulhereskokamaam@gmail.com

Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá - ASPIRH -

Associação Indígena Karipuna - Abytucu Apoiká - Rondônia - abytucuapoika2006@gmail.com; abytucu.apoika@hotmail.com

Associação do Povo Uru Eu Wau Wau - Jupaú - jupau1981@gmail.com

Associação Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene - MAPPHA - mappha.manchineri@gmail.com

Manxinerune Tsihi Pukte Hajene - MATPHA - diretoria@matpha.org

Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ - opirj@opirj.org

Segurança Comunitária Indígena de Umariáçu - SEGCUM - segcumumariacu221976@gmail.com

Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana - AIKATUK - E-mail: aikatuk@gmail.com

Conselho Geral do Povo Hexkaryana - CGPH - E-mail: cgph2017@gmail.com

Associação dos Povos Indígenas do Alto Rio Nhamundá - ASPIARIN - E-mail: aspiarin5@gmail.com

Associação Indígena Aymara - AYMARA - E-mail: associacaoaymara@gmail.com

Associação do Povo Indígena Wai Wai - APIW - E-mail: coordenacao@apiw.org.br

Associação dos Povos Indígenas Wayana e Aparai - APIWA - E-mail: apiwa2010@gmail.com

Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikyana - APITIKATXI - E-mail: apitikatxi@gmail.com

Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA - E-mail: fepipa@gmail.com.br